Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2018

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Iniciativa:

Ementa:

Altera o Decreto-Lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para prever a competência do Ministério Público para investigar crimes cometidos por agentes dos órgãos de segurança pública, no exercício das funções, e para permitir que o ofendido participe efetivamente da investigação criminal.

Explicação da Ementa:

Altera o Código de Processo Penal para conferir ao Ministério Público a atribuição para investigar crimes supostamente praticados por agentes integrantes de órgãos da segurança pública no exercício de suas funções.

Assunto: Jurídico - Processo

Data de Leitura: 26/03/2018

Tramitação encerrada

Decisão:	Arquivada ao final da Legislatura (art.	**Último local:**	22/12/2022 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)
Destino:	Ao arquivo	**Último estado:**	22/12/2022 - ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Matérias Relacionadas:

Ofício "S" nº 51 de 2017

Despacho:

26/03/2018

null

Definição de Prazo

05/04/2018 (Despacho)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Humberto Costa (encerrado em 27/11/2020 - Redistribuição)

Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2018

TRAMITAÇÃO

22/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Ação: A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno.

22/12/2022 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.

27/11/2020 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo Senador Humberto Costa, para redistribuição.

14/02/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Relatoria mantida com o Senador Humberto Costa.

21/12/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

28/08/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Humberto Costa, para emitir relatório.

05/04/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando distribuição.

05/04/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encerrou-se em 4 de abril o prazo para apresentação de emendas à presente matéria.
Não foram oferecidas emendas.
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Publicado no DSF Páginas 281 - DSF nº 39

05/04/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação do término do prazo para apresentação de emendas.

26/03/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto de autoria de Comissão (Art. 235, II, "f", do RISF). De 27/03/2018 a 04/04/2018.

Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2018

TRAMITAÇÃO

Perante a Mesa.

26/03/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS PERANTE A MESA

Ação: (Apresentado como conclusão do Parecer nº 18, de 2018-CDH, sobre o OFS nº 51, de 2017)
Encaminhado à publicação.
A matéria ficará perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, f do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 374-396 - DSF nº 33

26/03/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto de autoria de Comissão (Art. 235, II, "f", do RISF). De 27/03/2018 a 04/04/2018. Perante à (ao) PLEN.

26/03/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Leitura da matéria na sessão do SF nº34, em 26/03/2018.

DOCUMENTOS

PLS 135/2018

Data: 26/03/2018

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera o Decreto-Lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para prever a competência do Ministério Público para investigar crimes cometidos por agentes dos órgãos de segurança pública, no exercício das funções, e para permitir que o ofendido participe efetivamente da investigação criminal.

Avulso inicial da matéria

Data: 26/03/2018

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: (Apresentado como conclusão do Parecer nº 18, de 2018-CDH, sobre o OFS nº 51, de 2017)
Encaminhado à publicação.
A matéria ficará perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, f do Regimento Interno.

Ofício

Data: 17/03/2022

Autor: Defensoria Pública do Estado de São Paulo (SP)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Ofício NCDH n° 20/2022, do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, encaminhando Nota Técnica sobre o PLS n° 135/2018, sugerindo a alteração do Art. 5°-A, caput, e §2º, para que corresponda fidedignamente às determinações da Corte Interamericana de Direitos Humanos, e para que o Brasil caminhe no sentido da adequada investigação e erradicação da impunidade em caso de mortes decorrentes de intervenção policial.

DOCUMENTOS